

## PROGRAMA ALUNO CONECTADO: MATERIALIZAÇÃO E DESCONTINUIDADE DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO

### CONNECTED STUDENT PROGRAM: MATERIALIZATION AND DISCONTINUITY OF EDUCATIONAL TECHNOLOGY POLICY IN PERNAMBUCO

### PROGRAMA ESTUDIANTE CONECTADO: MATERIALIZACIÓN Y DESCONTINUIDAD DE LA POLÍTICA DE TECNOLOGÍA EDUCATIVA EN PERNAMBUCO

**Danilo Melo de Lima**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Cibele Maria Lima Rodrigues**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

**RESUMO.** O presente trabalho tem por objetivo compreender os processos de estabelecimento e posterior descontinuidade do Programa Aluno Conectado (PAC) em Pernambuco, como parte das políticas de inserção de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação. A análise foi construída com base em pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com ex-integrantes da equipe de gestão do programa na Secretaria de Educação do Estado. Tomou como base para sua realização a Abordagem do Ciclo de Políticas formulada por Stephen Ball e Richard Bowe. Se ocupou também de compreender o histórico que antecede o referido programa como parte do chamado contexto de influência, essa trajetória possibilitou estabelecer o paralelo entre os programas anteriores e o Programa Aluno Conectado, percebendo semelhanças e identificando possíveis pontos em comum entre no que diz respeito às suas respectivas descontinuidades. O programa foi gradativamente minguando ao ponto de ser descontinuado, deixando de atender centenas de milhares de estudantes da rede estadual de ensino nesse processo. Um movimento que teria feito total diferença nos desdobramentos do contexto de ensino remoto imposto pela pandemia da COVID-19. Entende que a criação e descontinuidade do Programa Aluno Conectado em Pernambuco tem relação com o cenário político, no qual a inclusão digital estava inserida em um contexto de direitos. Identificou nas falas dos entrevistados, entre outros, elementos de natureza econômica como fatores decisivos para a descontinuidade de suas ações. Por outro lado, entende que sua descontinuidade também tem relação com a não sedimentação desse discurso como parte do direito à educação.

**Palavras-chave:** Informática Educacional. Política Educacional. Programa Aluno Conectado. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

Danilo Melo de Lima e Cibele Maria Lima Rodrigues

**ABSTRACT.** This paper aims to understand the processes of establishment and subsequent discontinuation of the Student Connected Program (SCP) in Pernambuco, as part of the policies for the insertion of digital information and communication technologies (TDIC) in education. The analysis was based on documentary research and semi-structured interviews with former members of the program's management team at the State Department of Education. It took as a basis for its realization the Policy Approach formulated by Stephen Ball and Richard Bowe. It also took care to understand the history that precedes the referred program as part of the so-called contexto of influence, this trajectory made it possible to establish a parallel between the previous programs and the Student Connected Program, noticing similarities and identifying possible points in common with regard to their respective discontinuities. The program was gradually dwindling to the point of being discontinued, failing to serve hundreds of thousands of students from the state education system in the process. A movement that would have made a total difference in the developments in the context of remote education imposed by the COVID-19 pandemic. It understands that the creation and discontinuity of the Student Connected Program in Pernambuco is related to the political scenario, in which digital inclusion was inserted in a contexto of rights. Identified in the interviewees' statement, among others, elements of an economic nature as decisive factors for the discontinuity of their actions. On the other hand, it understands that its discontinuity is also related to the non-sedimentation of this discourse as part of the right to education.

**Keywords:** Educational informatics. Educational politics. Connected Student Program. Digital information and communication Technologies.

**RESUMEN.** Este artículo tiene como objetivo comprender los procesos de establecimiento y posterior discontinuidad del Programa Alumno Conectado (PAC) en Pernambuco, como parte de las políticas de inserción de las tecnologías de la información y la comunicación digitales (TDIC) en la educación. El análisis se basó en una investigación documental y entrevistas semiestructuradas con ex miembros del equipo de gestión del programa en el Departamento de Educación del Estado. Para su realización se tomó como base el Enfoque de ciclo de políticas formulado por Stephen Ball y Richard Bowe. También se cuidó de entender la historia que antecede al referido programa como parte del llamado contexto de influencia, esta trayectoria permitió establecer un paralelismo entre los programas anteriores y el Programa Alumno Conectado, notando similitudes e identificando posibles puntos comunes con respecto a sus respectivas discontinuidades. El programa fue disminuyendo gradualmente hasta el punto de ser discontinuado, sin atender a cientos de miles de estudiantes del sistema educativo estatal en el proceso. Un movimiento que hubiera marcado una diferencia total en los desarrollos en el contexto de la educación a distancia impuestos por la pandemia COVID-19. Entiende que la creación y discontinuidad del Programa Alumno Conectado en Pernambuco está relacionada con el escenario político, en el que la inclusión digital se insertó en un contexto de derechos. Identificó en las declaraciones de los entrevistados, entre otros, elementos de carácter económico como factores decisivos para la discontinuidad de sus acciones. Por otro lado, entiende que su discontinuidad también está relacionada con la no sedimentación de este discurso como parte del derecho a la educación.

**Palabras clave:** Informática educativa. Política Educativa. Programa Alumno Conectado. Tecnologías de la información y la comunicación digitales.

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto inédito de uma pandemia, que nos assola desde 2020, modificou significativamente nossos hábitos de convivência. No campo educacional, repentinamente profissionais da educação e estudantes de todos os lugares do mundo tiveram que aprender a usar as ferramentas da informática para suas novas práticas pedagógicas. Mesmo considerando que muitas dessas ferramentas já existiam, algumas foram adaptadas ao novo contexto. E, por outro lado, muitas resistências ao uso de tais ferramentas foram abruptamente, ressignificadas em nome da manutenção das atividades educacionais.

Ainda em 2019, tínhamos iniciado uma pesquisa que tinha como centralidade a informática na educação, com foco nas iniciativas de inserção de tecnologia nas escolas pernambucanas com o passar dos anos. Pesquisamos sobre o Programa Aluno Conectado, marco histórico por se tratar da única política de distribuição de Tablets para alunos regularmente matriculados no ensino médio em Pernambuco. O programa foi implantado no segundo mandato da gestão do Governador Eduardo Campos e funcionou ativamente entre os anos de 2011 e 2014. Entendemos que se ainda estivesse em atividade teria sido de grande valia nestes tempos de ensino remoto.

Sendo assim, este artigo pretende analisar aspectos desse programa e de sua descontinuidade no contexto mais amplo de políticas de informática na educação. Esse debate não é recente e está inserido na presença das tecnologias de informação e comunicação na sociedade e ampliação do seu uso no espaço escolar. O Programa Aluno Conectado pode ser considerado como um caso de manifestação de um problema das políticas que é a descontinuidade.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a abordagem qualitativa. Foram utilizadas a análise documental e entrevistas. A análise documental foi

realizada em páginas e documentos oficiais do governo de Pernambuco especificamente voltados para o programa, e ainda utilizamos trabalhos acadêmicos como fontes de dados para compreensão do funcionamento do programa. Para entender a sua descontinuidade entrevistamos o ex-secretário de educação de Pernambuco que estava à frente da pasta no momento de criação do programa e um técnico da secretaria que trabalhou no período seguinte.

Para análise da política utilizamos como referência a ideia do Ciclo de Políticas no sentido de compreender que um programa é criado a partir de um contexto que o influencia. A abordagem do ciclo de políticas, formulada pelos ingleses Stephen J. Ball e Richard Bowe em meados dos anos 1990, é amplamente apontada como um poderoso instrumento de embasamento teórico para o estudo, compreensão e análise das políticas públicas.

A leitura dos contextos do processo de formulação de uma política proposta por Bowe et al. (1992 apud Mainardes, 2006), aponta para um processo cíclico e multilateral no qual as partes exercem e sofrem influência contínua e mútua entre si. Nessa perspectiva, cada um dos contextos desempenha uma determinada tarefa que, a título de complementaridade, contribui para o estabelecimento da política no final do ciclo.

As contribuições de Stephen Ball, para a realização deste trabalho de pesquisa são perceptíveis desde o aparato teórico em que buscamos nos basear, até a concepção e disposição final de nosso texto como um todo. Sua influência através da teorização do ciclo de políticas foi fundamental para a sistematização de nosso texto em uma perspectiva estrutural, e através de seu alinhamento teórico-metodológico pudemos traçar um diálogo mais articulado e extrair daí pontos positivos.

## 2 BREVE CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

O histórico do estabelecimento da informática educacional no país se deu principalmente a partir da implantação de uma série de programas nos âmbitos local, regional e nacional; em comum, essas iniciativas tiveram/têm a perspectiva de renovação do espaço escolar a partir de suas respectivas inserções.

Dentro desse contexto de renovação é importante levarmos em consideração as influências diretas exercidas pelo elemento econômico, a formação para o uso da informática na sala de aula é um fator impulsionador que precisa ser compreendido também a partir de seu viés mercadológico. As primeiras iniciativas oficiais e concretas do campo foram vivenciadas no país a partir de meados da década de 1970, no processo de informatização da sociedade que se intensificou nessa época, o Brasil trabalhou com forte empenho no estabelecimento de políticas públicas que, ao menos no papel, condicionariam maior segurança e o almejado, e muitas vezes ufanista, desenvolvimento da nação.

As políticas de inserção de tecnologia começaram a se materializar de maneira continuada e constante nos anos da década de 1990 na forma de projetos e programas. O papel que a informática desempenha dentro do campo educacional em nosso país passou por mudanças significativas desde sua inserção inicial a partir dos anos 1980, entendemos que esse seja um fenômeno perfeitamente compreensível para um campo que tem se consolidado e recorrentemente se reinventado com o tempo.

Inicialmente concebida em uma perspectiva de uso majoritariamente técnico e de nichos formados por especialistas em seu uso, a informática educacional foi cada vez mais se popularizando nas escolas a partir de iniciativas que com o tempo fizeram com que o uso do computador por

estudantes e professores se tornasse um hábito tão comum e recorrente que rapidamente assumiu ares de naturalidade.

O auge da popularização da utilização de computadores para fins educacionais se deu em função do estabelecimento de uma variedade de programas governamentais que distribuíram esses dispositivos nas escolas de maneira massiva. As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por inúmeros projetos e programas nos âmbitos governamental e federal que ajudaram a disseminação do uso de computadores na escola até às regiões mais remotas do país.

Inicialmente através de laboratórios de informática instalados nas escolas, onde estudantes e professores trabalhavam coletivamente em exercícios de aprendizagem, realização de pesquisas e até no desenvolvimento de programas e ferramentas práticas; a informática educacional rapidamente evoluiu para seu estágio seguinte: a utilização dos computadores portáteis. Os chamados laptops, que durante os anos de 2010 foram fortemente disseminados nas escolas principalmente pela praticidade e comodidade de seu uso, representaram a evolução das propostas governamentais de disseminação da informática educacional no país.

Nos quase trinta anos correspondentes ao intervalo de tempo que engloba o surgimento das principais iniciativas de informática educacional no Brasil, viu-se através de seus esforços a consolidação do campo na realidade educacional de nosso país. A figura abaixo apresenta uma síntese dos projetos e programas que contribuíram nesse sentido e que certamente pavimentaram o caminho para muitas outras iniciativas surgirem posteriormente, aqui incluso o Programa Aluno Conectado.

**Figura 1 - Linha do tempo das iniciativas de informática educacional no Brasil**



**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada.

A naturalidade com que lidamos hoje com o uso do computador na escola é certamente produto direto da pavimentação que essas iniciativas construíram em seu período de atividade plena. Sua consolidação abriu caminhos para o surgimento de inúmeras iniciativas de natureza semelhante, paralelas ou posteriores, e nas variadas esferas de atuação; como é o caso de nosso objeto de estudo, o Programa Aluno Conectado.

Nosso trabalho de pesquisa surge completamente inserido no contexto desses avanços do campo da informática educacional, especificamente localizado no cenário pernambucano. Nosso objeto de estudo, o Programa Aluno Conectado, nasce na década de 2010 completamente inspirado em iniciativas de natureza semelhante vivenciadas nos cenários nacional e global vigentes na época, como é o caso do PROUCA. O programa sintetiza, ao mesmo tempo que busca renovar, os ideais de informática educacional de qualidade e acessível que seus pares propagaram, trazendo para a realidade da

sala de aula pernambucana o uso do computador como prática social recorrente.

Não é por acaso que o Programa Aluno Conectado surge no contexto de criação do programa federal, Um Computador por Aluno (PROUCA), em 2011. Esse, por sua vez, surge uma interpelação na conferência de Davos para criação desse tipo de iniciativa. A ideia surgiu no Instituto de Tecnologia de Massachussets e existe uma organização não-governamental que faz essa ação. No caso do Brasil, o governo contou com empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o projeto-piloto, mas a implantação do programa teve apoio do BNDES e do FNDE.

O grande diferencial do Programa Aluno Conectado se deu não pela utilização dos dispositivos em sala per si, mas pela posse desses transferida aos estudantes, contemplados após o cumprimento de uma série de exigências pré-definidas pelo programa. A iniciativa foi para muitos a primeira oportunidade de possuir um computador pessoal em casa, expandiu significativamente o tempo de uso, conexão com a rede mundial de computadores e acesso a material de estudo de qualidade, consequentemente preparando um número significativamente maior desses sujeitos para o ingresso no ensino superior e/ou mercado de trabalho.

Passados alguns anos neste processo histórico, o mundo vivenciou no ano de 2020 um inesperado desdobramento na utilização de computadores e dispositivos digitais semelhantes com fins educacionais, a partir da pandemia do COVID-19, que fez com milhões de estudantes e professores se vissem repentinamente obrigados a desempenhar suas atividades de ensino e estudo de maneira remota, a partir do uso de computadores, tablets e também celulares. A informática educacional assumiu assim – talvez pela primeira vez em sua breve história –, a centralidade na realização dos trabalhos dentro do campo educacional – local onde esteve quase sempre condicionada a uma



posição meramente instrumentalista, como meio de realização de atividades e não como finalidade.

No contexto completamente novo em que se encontrou a educação em meio à pandemia do COVID-19, é seguro afirmar que os aparelhos celulares desenvolveram um papel fundamental no desenvolvimento das aulas e o estabelecimento da comunicação entre as partes. As videoconferências compõem o segmento que experimentou um crescimento estratosférico de seu uso para a realização de reuniões e aulas durante os primeiros meses da pandemia, tudo muitas vezes realizado pelo celular ou pelo computador – por onde os alunos tinham acesso a aulas, textos, vídeos, salas de bate-papo e material de estudo.

Muito se argumenta nas discussões sobre a temática que a popularização da utilização de computadores dentro do setor educacional é resultado, entre outros, de um processo de barateamento do custo de produção desses dispositivos. Não há como negar que tal fenômeno de fato tem acontecido, os computadores são cada dia mais baratos e acessíveis, sua utilização cotidiana é cada vez mais vista com naturalidade. Mas é necessária a atenção para os direcionamentos que essa utilização tem, a maneira com que o computador é utilizado nas escolas é determinante para o diagnóstico de um bom ou mau desempenho no aprendizado digital.

O papel de “salvador da educação” que o computador recebeu a partir da popularização de seu uso na escola, a ideia de que o professor não deveria ser um mero intermediário entre aluno e máquina – que invariavelmente perderia seu papel de centralidade dentro da sala de aula, precisou ser gradativamente desconstruída.

Esse contexto em que historicamente têm se inserido as tecnologias digitais da informação e comunicação nos espaços escolares precisa ser

sistematicamente desconstruído, rompendo com uma perspectiva utilitarista a que se condicionou o uso do computador nesses espaços.

Acreditamos que esse movimento utilitarista que marca algumas práticas de informática na educação, com o passar dos anos tenha contribuído de certa forma para relações de sentido sobre tais práticas, e favorecido um processo de marginalização que estas têm sofrido, por parte de setores específicos na escola que historicamente resistem a sua inserção. Compreendemos ainda que um funcionamento mais harmônico, integrado e produtivo entre as partes se daria a partir de transformações estruturais pensadas a longo prazo nesses espaços.

### 3 CARACTERIZANDO O PROGRAMA ALUNO CONECTADO

O governo de Pernambuco criou o Programa Aluno Conectado (PAC), oficialmente lançado no ano de 2012, embora tenha sido instituído oficialmente em 2011 a partir da promulgação da Lei Nº 14.546, de 21 de dezembro de 2011. A distribuição dos dispositivos do programa foi feita para estudantes regularmente matriculados nos segundos e terceiros anos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino. Outros estados, como o Ceará, também tiveram programas de natureza semelhante ao Aluno Conectado, tendo em vista o contexto nacional supracitado. Da mesma forma que o programa originário, garantiu aos estudantes contemplados a posse e o uso individuais dos dispositivos dentro e fora das dependências escolares na condição de material de apoio pedagógico permanente.

Segundo informações coletadas na legislação, os equipamentos distribuídos pelo programa compunham o acervo de material de apoio pedagógico das escolas da rede estadual de ensino. Sua distribuição se deu inicialmente através de um processo de comodato firmado diretamente com o estudante ou seu responsável legal. A posse definitiva – segundo consta

também no texto da lei anteriormente citada – seria efetivada automaticamente após este conseguir aprovação no terceiro ano, desde que tivesse cursado todo o ensino médio na rede estadual e não tivesse sido reprovado em nenhum dos três anos da modalidade de ensino.

As condições impostas para a rescisão unilateral do contrato estabelecido com o estudante contemplado pela política foram as seguintes: 1) a não realização da matrícula no ano escolar em vigência dentro dos prazos regulares estabelecidos pela Secretaria de Educação do Estado; 2) a reprovação por falta durante a vigência do contrato; 3) a reprovação do aluno por duas vezes consecutivas no segundo ou no terceiro ano do ensino médio; e 4) a constatação de sua ausência sem justificativa nas aulas por um período de trinta dias. Vale destacar que alunos reprovados tinham direito a uma prorrogação do prazo contratual.

A primeira leva de Tablets/PCs distribuídos pelo programa foi disponibilizada já para o ano de 2012 - entre os meses de março e julho, e visava contemplar um total de 170 mil estudantes da rede estadual de ensino de Pernambuco, para a concretização de tal feito a iniciativa demandaria investimento na casa dos R\$ 170 milhões. Dados da própria Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco<sup>1</sup> apontam que o Programa Aluno Conectado – agora já com o status de política de estado –, no ano de 2012 contemplou 156 mil estudantes da rede estadual de ensino, com um investimento que totalizou 98 milhões de reais.

Em 2013, a iniciativa distribuiu 96 mil novos equipamentos, com um investimento total de 84 milhões de reais. Números significativamente menores que os de seu ano inicial. Segundo dados apresentados por Vaz (2016), no ano de 2014 – terceiro ano de funcionamento do programa –, foram distribuídos um total de 117.879 Tablets/PC's, contemplando 784 escolas em 17 Gerências

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=1777>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Regionais de Educação – GRE, ação que abrangeu todos os municípios do estado de Pernambuco.

Os aparelhos distribuídos pelo programa – híbridos de Tablet e Netbook – foram equipados com Processador Intel ATOM N2600 de 1.6GHz; Memória RAM DDR3 de 2GB; HD SSD SATA de 32GB; Tela LCD rotativa touch screen de 10 polegadas; Webcam integrada de 1.3 MP e rotativa que pode ser acoplada a microscópios; caneta stylus para utilização do dispositivo no modo Tablet; Sistema Operacional Windows 7; Suporte para conexão de rede sem fio; Portas USB, Pacote Microsoft Office a ser posteriormente ativado pelo aluno, além de um sistema de bloqueio antifurto que garantia o bloqueio definitivo do dispositivo em caso de roubo. Os Tablets/PC 's pesavam cerca de 1,5 kg, eram resistentes a quedas de determinada altura, além de apresentarem resistência também à água.

O volume de informações oficiais disponíveis atualmente sobre o Programa Aluno Conectado é significativamente escasso, o PAC já não dispõe sequer de uma aba exclusivamente dedicada para si na seção de tecnologia da informação do site da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, como é de praxe para todas as iniciativas da entidade.

Sua descontinuidade não parece, no entanto, ter se dado de maneira definitiva e pontual. Aconteceu com o programa um processo minguante que acreditamos ser produto de sistemáticas e gradativas descontinuidades que culminaram na impraticabilidade de suas ações a longo prazo. É provável que o Programa Aluno Conectado tenha, com o passar dos anos e as transições de poder e interesse nele comportadas, sofrido implicações logísticas e financeiras que não lhe tenham possibilitado continuar em atividade.

### 3.1 DISCUSSÕES SOBRE O PROGRAMA NA LITERATURA ACADÊMICA

Uma das etapas de fundamental importância para o alicerce teórico-metodológico de nosso trabalho de pesquisa foi a aproximação que buscamos constantemente estabelecer com nosso objeto de estudo a partir da produção acadêmica previamente existente a seu respeito. Movimento que se deu a partir da realização de levantamento bibliográfico no repositório digital da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Os trabalhos apresentam descrições detalhadas do programa, seu funcionamento e os impactos de sua instauração a partir da óptica de setores distintos do campo educacional, um movimento que revela uma preocupação abrangente com as implicações da iniciativa a longo prazo. Os resultados alcançados após a realização do levantamento na BDTD e posterior leitura dos resumos dos trabalhos selecionados encontram-se sistematizados no quadro disposto abaixo.

**Quadro 1 – Levantamento das produções sobre o Programa Aluno Conectado na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD**

TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	TIPO	ANO
Inclusão Digital no Brasil: Trajetória e casos do Programa Aluno Conectado em Pernambuco.	SILVA, Renan Cabral da.	UFPE	Dissertação	2013
O ensino de estratégias de leitura no Programa Aluno Conectado: o caso de um docente de Língua Portuguesa.	SILVA, Janaina Fernanda Dias da.	UFPE	Dissertação	2014
Dispositivos tecnológicos nas escolas como política educacional: Uma análise a partir do Programa Aluno Conectado.	NÓBREGA, Gabriela Carvalho da.	UFPE	Dissertação	2015

Danilo Melo de Lima e Cibele Maria Lima Rodrigues

Projeto executivo para produção de manual para orientação dos docentes usuários dos tablets distribuídos pelo programa aluno conectado na rede estadual de educação de Pernambuco.	VAZ, Sebastião Cesar Galindo.	UFPB	Dissertação	2016
--	-------------------------------------	------	-------------	------

**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada.

A realização do levantamento das produções nos possibilitou uma dupla constatação: primeiramente pudemos perceber que a discussão a respeito do programa e de suas estratégias de funcionamento é imediatamente posterior a seu estabelecimento e atuação enquanto política pública estadual; os trabalhos de pesquisa especificamente voltados para a temática começaram a surgir no ano de 2013, o ano seguinte à efetivação do programa. Em segundo lugar, percebemos também que o interesse pela política ultrapassa os limites do estado de Pernambuco, com o registro de produção de um trabalho de dissertação sobre a temática em uma instituição de ensino superior federal localizada na Paraíba.

O olhar para a produção acadêmica nos possibilitou uma leitura geral de processos discursivos que engendraram e foram engendrados pelo estabelecimento do programa. Foi elemento fundamental para a problematização de sua descontinuidade, tendo em vista que a análise atenta de seus desdobramentos pode oferecer indicadores que, a longo prazo, podem ter atuado nesse sentido. A breve vida útil do programa é refletida também na produção a seu respeito, pouco ou quase nada se encontra disponível sobre o Programa Aluno Conectado após o encerramento de suas atividades, porém a pouca produção não minimiza de forma alguma a importância de sua problematização. É nesse cenário que nosso trabalho procurou desde o princípio se inserir, no sentido de buscar a ampliação dos horizontes de uma discussão tão importante e de relevância constantemente renovada.

A partir das ações do programa ampliaram-se as possibilidades de acesso a novos horizontes no uso da tecnologia por parte de seus contemplados, entendemos tal movimento como um ponto positivo da iniciativa. O direito ao acesso e ao uso da tecnologia, que ainda é uma barreira a ser rompida em nosso país, parece ter sido bandeira fortemente defendida nas ações do programa.

Problematizar a descontinuidade da política nos faz imediatamente refletir a respeito dos rumos que teriam sido tomados por ela, assim como os impactos que essa teria desempenhado no contexto de pandemia em que nos encontramos. O Programa Aluno Conectado está fora de atividade desde o ano de 2015, passados esses anos é muito provável que a maioria dos equipamentos distribuídos pela iniciativa não esteja mais funcionando, ou obsoletos do ponto de vista tecnológico, tendo em vista a rápida curva de melhoria dos aparatos tecnológicos em um curtíssimo intervalo de tempo.

Durante o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa tivemos também a oportunidade de conversar com indivíduos que estiveram envolvidos diretamente nos processos de concepção e de posterior continuidade do Programa Aluno Conectado através dos anos em que este esteve em plena atividade em Pernambuco. Essas conversas nos permitiram ficar a parte dos trâmites cotidianos da iniciativa, além de nos dar também perspectiva das implicações de sua aplicação no estado a curto e longo prazo. A riqueza de informações coletadas a partir dessas duas conversas foi determinante para o encaminhamento de nossa pesquisa. A partir dos encontros pudemos extrair diretamente da fonte respostas para uma série de dúvidas e questionamentos que nos inquietavam desde a concepção inicial de nosso trabalho.

As conversas aconteceram na forma de entrevistas semiestruturadas realizadas de maneira virtual durante o mês de julho do ano de 2020, na plataforma de comunicação por vídeo Google Meet – em pleno ápice do

período de isolamento social de quarentena em função da pandemia da COVID-19.

Reforçamos que, apesar de virtuais, tais encontros de forma alguma tiveram seu desenvolvimento comprometido em função das limitações de tempo e espaço do contexto em que nos encontrávamos. Acreditamos que sua realização se deu de maneira perfeitamente harmoniosa e confortável para as partes envolvidas e pudemos extrair deles contribuições enriquecedoras para nosso trabalho.

Os sujeitos entrevistados foram o Secretário de Educação do Estado dos anos em que o programa esteve em plena atividade e um funcionário que atuou já na fase final do programa. As conversas, compreendidas aqui, foram no geral dispositivos reveladores das perspectivas e concepções que esses sujeitos tinham à época a respeito do papel da tecnologia e, conseqüentemente, do programa Aluno conectado.

Foi interessante percebermos nas duas falas distintas a complementaridade de significações a respeito da temática por parte dos sujeitos. Apesar de envolvidos com a iniciativa em épocas distintas e em graus de engajamento distintos, os dois entrevistados nos permitiram perceber, a partir de seus pontos de vista, sentidos sobre o programa que nos ajudaram em sua amplitude a construir um perfil mais aprofundado sobre este, construindo assim inferências sobre a duração, abrangência, engajamento e descontinuidade.

Em suma, o roteiro de entrevista que utilizamos nos dois casos seguiu uma linha semelhante no que diz respeito a temáticas exploradas. Nos preocupamos em tratar de assuntos que compuseram o plano geral da política, como os trâmites legais da concepção inicial do programa; os objetivos que este visava atingir na prática e o eventual sucesso (ou não) desses objetivos; demos destaque também às estratégias de implantação da iniciativa,



influências diretas ou indiretas em sua elaboração, eventuais critérios para a distribuição dos dispositivos eletrônico, fontes de recursos para a continuidade do programa e a avaliação das estratégias adotadas para essa continuidade.

Perguntas como “você identifica influências externas nos processos de formulação do programa?”; “quais objetivos a implantação do programa visava atingir?”; “você considera que tais objetivos foram alcançados?” e “você percebe semelhanças entre a iniciativa em Pernambuco e outras contemporâneas a ela implantadas no cenário nacional?”; deram impulso a nossas conversas, que se desenvolveram de maneira orgânica a partir de tais questionamentos.

Durabilidade da iniciativa e hipotéticos motivos para o interrompimento de suas ações – dois dos fatores que consideramos fundamentais para a organização deste trabalho de pesquisa no panorama geral, foram também pontos relevantes levantados durante nossas conversas.

Para início de conversa, nos interessou saber o que tinham a dizer os sujeitos a respeito dos primeiros passos dados na materialização da iniciativa Programa Aluno Conectado nas escolas da rede estadual de ensino entre os anos finais da década de 2000 – período de tramitação legal e interna do programa, e a primeira metade da década de 2010 – período em que o programa esteve em plena atividade e viu posteriormente seu declínio.

A conversa com nosso primeiro entrevistado foi de extrema importância nesse sentido. Quando perguntado a respeito da ideia inicial de criar o programa, o professor nos apontou que este surgiu primariamente a partir de conversas entre a secretaria de educação e o então governador em exercício na época. A ideia dos tablets/PC's surgiu então como solução prática local para a inserção dos alunos no mundo das tecnologias da informação e comunicação. A ideia era que estes saíssem da escola com uma carga de utilização que lhes possibilitasse o conhecimento nas variadas ferramentas do computador.

Nos chama a atenção a contextualização feita pelo entrevistado a respeito da utilização dos dispositivos como instrumento de estudo no período de distanciamento social em que já na época nos encontrávamos. Nas palavras do professor: “hoje nós estamos numa dificuldade muito grande, os estudantes não estão tendo aula porque a maioria deles não tem equipamento nem acesso à internet. Então, na época, a gente resolveu o problema do equipamento”. (Entrevistado 1, 2020).

Na época de nossa conversa o ensino remoto, que perdurou por todo o restante do ano de 2020 e segue como principal alternativa de estudo em tempos pandêmicos ainda em 2021, era ainda uma possibilidade que começava a ganhar vigor até se tornar a máxima nos meses seguintes. Especificamente nesse contexto a fala do professor atribui ao dispositivo o papel de centralidade que discutimos aqui anteriormente como uma vertente de bastante força no discurso das tecnologias da informação e comunicação, a esse discurso foram tecidas críticas por especialistas na temática. Importa, no entanto, enfatizarmos que de fato muitos indivíduos não teriam conseguido participar dessa nova e repentina realidade de estudos e rotina escolar se não estivessem ainda em posse dos Tablets/PC's que foram distribuídos pelo programa.

O entrevistado dá ênfase ao que chama de “transversalidade” adotada como filosofia de uso do programa na época de sua concepção. Nessa transversalidade, o Aluno Conectado era entendido como uma iniciativa de fins não só operacionais, mas também didáticos e pedagógicos.

Partindo para uma perspectiva mais instrumental da análise, em determinado ponto de nossas conversas com os entrevistados a temática inevitavelmente voltou-se para as especificações técnicas dos aparelhos distribuídos pelo programa. A título de comparação com dispositivos de natureza semelhante disponíveis à época no mercado, os tablets/PCs do

programa apresentavam hardware mais ou menos nos moldes do padrão então estabelecido – tendo a seu favor elementos como maior resistência à água e quedas de uma altura considerável, elementos até então impensáveis nos dispositivos disponíveis no mercado e que parecem ter sido estrategicamente pensados para atender as especificidades de um dispositivo que seria, majoritariamente, operado por jovens.

Nosso segundo entrevistado apresenta considerações a esse respeito que valem menção: “[...] vinha com um conteúdo embarcado – a gente chamava assim. Esse conteúdo eram softwares educacionais livres que tinham sido previamente determinados pelas áreas pedagógicas”. (Entrevistado 02, 2020). Vemos no extrato de fala aqui disposto o papel de relevância atribuído à equipe pedagógica do programa, que ao que nos parece, julgava o que seria de melhor complementaridade ao uso dos dispositivos.

Em conversa a respeito da durabilidade da iniciativa, nosso primeiro entrevistado afirma que a ideia era de que o programa perdurasse por um bom tempo, sem previsão inicial de interrupção de suas atividades. Aponta que o programa era “[...] para ser uma coisa como ter o livro didático todo ano, não tinha prazo para terminar”. (Entrevistado 1, 2020). Fala ainda de suas suspeitas de que a interrupção do programa tenha relação direta com questões de ordem financeira.

Já nosso segundo entrevistado supõe que o programa, na condição de carro chefe da política educacional do estado, era responsável em parte pela permanência dos estudantes na escola. Aponta que “Falava-se muito que esse programa era um dos principais fatores, porque era uma condição para o estudante ter o equipamento para ele, não sair da rede. Ele recebia, mas tinha que se manter na rede”. (Entrevistado 2, 2020). Essa variável, que não era a única, sem dúvidas contribuía para a manutenção dos baixos índices de evasão escolar na rede estadual.

Dadas as dimensões de ação e abrangência do programa, que no seu ápice cobria todo o território pernambucano e suas 1060 escolas de ensino médio e técnico, é compreensível considerarmos que uma enorme quantidade de dinheiro deveria ser investida para a continuidade da iniciativa. Não só o dinheiro era necessário como toda uma operação de logística para a entrega e manutenção dos dispositivos, ações em escala significativamente maior se comparadas a outras iniciativas na alçada da administração estadual.

A iniciativa era financiada principalmente a partir de recursos advindos do tesouro do estado, estamos falando de uma quantidade significativa de dinheiro investida somente na compra desses dispositivos, sem levar em consideração as outras etapas do processo como um todo. Em cálculo rápido, se traçarmos um paralelo de preço entre os dispositivos distribuídos pela iniciativa e os regularmente disponíveis no mercado à época, o valor investido ultrapassa facilmente a casa das dezenas, até mesmo centenas de milhões de dólares.

A problematização do uso que era feito desses dispositivos nas dependências escolares é um debate que precisa levar em consideração uma série de elementos que vão além da posse dos Tablets/PC's do programa propriamente ditos. Um fator que precisa ser considerado nessa ponderação é observarmos se acontecia uma preparação para a utilização adequada dos mesmos. O que, a partir das buscas que realizamos, não se confirmou.

O programa teve ampla divulgação com ênfase no papel que os professores desempenhariam em suas ações. Estes seriam preparados para o uso adequado dos dispositivos em sala, visando a melhor interação com os estudantes e o uso de maneira proveitosa dos softwares educacionais integrados ao material didático. Infelizmente vimos que não há registros oficiais da realização de tais capacitações nos portais oficiais da Secretaria de

Educação e Esportes, o que não nos permite concluir se tais esforços surtiram ou não efeitos positivos a curto e longo prazo.

Os discursos, apesar de representarem pontos de vista temporalmente afastados, quase sempre apontavam de maneira uniforme para uma perspectiva de aprovação desse elemento na prática. Ressalvas eram feitas a estratégias de formação para tal uso, mas no geral, avaliações carregadas de significações positivas à proposta.

Outro elemento fortemente presente nas falas diz respeito ao papel transformador que os aparelhos traziam consigo e empregaram de maneira quase que instantânea na prática, ao possibilitarem que alunos que muitas vezes não tinham anteriormente acesso nenhum a dispositivos eletrônicos pudessem se inserir no ensino superior ou no mercado de trabalho através da rotina de estudos expandida e dinamizada que os aparelhos lhes permitiram adotar.

A interrupção das atividades do Programa Aluno Conectado representa, nos discursos dos sujeitos entrevistados, uma perda significativa para o campo das políticas públicas no estado de Pernambuco. Um programa aos moldes desse, com abrangência total do ponto de vista territorial, representou bem na prática ideais de inovação e integração tecnológica envolvidos em sua concepção inicial. Os impactos de sua realização são até hoje sentidos, e acreditamos que seriam muito maiores dadas as condições de ensino recentemente adotadas e o contexto em que nos encontramos.

#### **4 CONCLUSÃO**

Entendemos que o Programa Aluno Conectado possibilitou o acesso a novos horizontes, ampliando o direito de seus contemplados do acesso à tecnologia. A política de inserção de tecnologia que aqui investigamos

apresentou-se como principal iniciativa da natureza já vivenciada no território do estado de Pernambuco. Alicerçado em modelos semelhantes anterior e paralelamente vigentes na esfera nacional, o Programa Aluno Conectado conseguiu em sua breve existência deixar impactos significativos no modo de se pensar a utilização de computadores nas salas de aula de Pernambuco.

Sua interrupção representa uma perda significativa para o campo das políticas e restrição desse direito. Mesmo em contexto de ensino remoto não foram desenvolvidas iniciativas de natureza semelhante que dessem conta de suprir a necessidade de acesso a dispositivos tecnológicos para a continuidade das atividades pedagógicas. Por outro lado, a mera distribuição dos aparelhos, sem o adequado acompanhamento do ponto de vista formativo, minimiza a potencialidade desses instrumentos. Além disso, no contexto atual, o computador precisava vir com conectividade acoplada (ou o acesso a ela).

Caso o programa estivesse funcionando, teria minimizado os efeitos da Pandemia em contextos de pobreza no qual não foi possível acompanhar as aulas remotas. Sabemos da impossibilidade das famílias de adquirirem equipamentos e da dificuldade de acompanhar aulas pelo celular. É provável que a última leva de Tablets/PCs entregues pelo Programa Aluno Conectado nem esteja mais em condições de funcionamento.

No contexto de Pernambuco, ainda no ano de 2021, o governo anunciou a reedição do programa de distribuição de equipamentos para docentes. E a Prefeitura do Recife iniciou a distribuição de tablets no mês de julho de 2021, passado mais de um ano de pandemia, a partir da constatação da impossibilidade do corpo discente de acompanhar as aulas remotas dado o contexto de pobreza predominante nas escolas públicas.

A título de encerramento, reafirmamos a relevância da retomada do programa como possibilidade de redução das desigualdades educacionais. Como vimos, suas ações foram responsáveis por inserir centenas de milhares

de contemplados em uma verdadeira cultura digital pela primeira vez, dando-lhes condições de ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho.

A eventual continuidade do Programa Aluno Conectado nos faz refletir a respeito do papel que esse teria desempenhado principalmente no desenvolvimento das aulas no contexto de isolamento e distanciamento social repentinamente imposto pela pandemia do COVID-19, que no ano de 2020 transformou radical e significativamente a maneira de se fazer e, principalmente, de se estar em aula por tempo indeterminado. Ainda nos encontramos nesse contexto de ensino remoto na data de conclusão deste trabalho, e compreendemos que a disposição massiva de dispositivos como os do programa seria fator diferencial na condução das aulas de maneira mais eficiente.

Nesse novo contexto, milhões de estudantes de todo o país se viram repentinamente reféns dos dispositivos tecnológicos para que pudessem minimamente ter acesso às aulas, sem considerarmos aqui o fator qualidade dessas referidas aulas. É provável que a última leva de Tablets/PCs entregues pelo Programa Aluno Conectado nem exista mais em sua totalidade, isolando as raras exceções de excelente conservação, entendemos que esses dispositivos seriam hoje primordiais para a continuidade das atividades escolares. Os desdobramentos desse contexto não podem ser tomados como parâmetro para o estabelecimento da política, mas nos fazem refletir a respeito da capacidade de adaptação que uma iniciativa dessa natureza deve carregar consigo, diretamente refletindo na sua longevidade.

Refletimos aqui a respeito do novo papel que teria desempenhado o Programa Aluno Conectado, mais um desdobramento de suas funções nesse novo contexto. Entendemos que centenas de milhares de estudantes repentinamente e sem qualquer preparação dos pontos de vista estrutural e

técnico, condicionados ao trabalho na modalidade de ensino remoto ou à distância, teriam condições de se adequar instantaneamente a essa nova realidade, pelo menos do ponto de vista técnico.

A título de encerramento, chegamos aqui com a convicção de que nosso objeto de estudo se apresenta ainda hoje, mesmo passados anos desde sua descontinuidade, como bastante relevante. Como vimos, suas ações a curto e longo prazo foram responsáveis diretas por inserir centenas de milhares de contemplados em uma verdadeira cultura digital pela primeira vez, dando-lhes condições de ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho.

## 5 REFERÊNCIAS

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In:\_\_\_\_\_ (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 80 p.

NÓBREGA, Gabriela Carvalho da. **Dispositivos tecnológicos nas escolas como política educacional: uma análise a partir do Programa Aluno Conectado**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Pernambuco.

PERNAMBUCO. **Projeto de Lei Ordinária Nº 664/11**. Pernambuco, 2011.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 14.546/11**. Institui o Programa Aluno Conectado no âmbito das unidades públicas de ensino do Estado de Pernambuco. Pernambuco, 2011.

SILVA, Janaína Fernanda Dias da. **O ensino de estratégias de leitura no Programa Aluno Conectado: o caso de um docente de Língua Portuguesa**.



2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, UFPE, Pernambuco.

SILVA, Renan Cabral da. **Inclusão digital no Brasil**: trajetória e casos do Programa Aluno Conectado em Pernambuco. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPE, Pernambuco.

VAZ, Sebastião Cesar Galindo. **Projeto executivo para produção de manual para orientação dos docentes usuários dos Tablets distribuídos pelo Programa Aluno Conectado na Rede Estadual de Pernambuco**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Gestão em Organizações Aprendentes, UFPB, Paraíba.

Danilo Melo de Lima e Cibele Maria Lima Rodrigues

## Sobre os autores

### Danilo Melo de Lima

Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – PPGEI (UFRPE/FUNDAJ), possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). É integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos Sobre a Docência (GPED), tem interesse em pesquisas sobre as políticas de inserção de tecnologias da informação e comunicação no contexto educacional.

E-mail: [daniloufpe2014@gmail.com](mailto:daniloufpe2014@gmail.com)

### Cibele Maria Lima Rodrigues

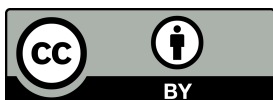
Socióloga, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco/MEC, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ) e do Mestrado Profissional de Ensino de Sociologia (ProfSocio). Diretora de Pesquisas Sociais CECIM – Coordenadora do Centro de Estudos em Cultura, Identidade e Memória – FUNDAJ.

E-mail: [rodrigues.cibele@gmail.com](mailto:rodrigues.cibele@gmail.com)

Submetido em 31 de julho de 2021.

Aceito para publicação em 26 de novembro de 2021.

## Licença de acesso livre



A **Revista Edutec** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto nos periódicos científicos.